

JORGE ALVES CORREIA

Experiência e Formação

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com a classificação final de 18 valores (2006), Mestre em Direito Público, pela mesma Faculdade, com a classificação final de 18 valores (2009), Doutor em Direito Público, pela mesma Faculdade, aprovado com Distinção e Louvor por Unanimidade (2016).

Vencedor do Prémio Manuel de Andrade, atribuído pela Fundação Rangel de Sampaio à licenciatura da Faculdade de Direito de Coimbra com a classificação média final mais elevada do ano letivo de 2006.

Exerce, desde 2008, as funções de docente da Faculdade de Direito de Coimbra, em várias disciplinas de Direito Público, da licenciatura ao Doutoramento. Exerce, desde 2008, as funções de docente em cursos de pós-graduação das Faculdades de Direito de Coimbra, de Lisboa e da Católica.

É membro do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento do Urbanismo e do Ambiente (FDUC) e colaborador permanente da Revista Direito do Estado (Instituto de Direito Público, Salvador da Bahia, Brasil).

Desempenhou várias funções cívicas e públicas de relevo, como: Membro do Conselho Superior da Magistratura, eleito pela Assembleia da República (2016-2020); Membro do Conselho Geral da Universidade de Coimbra (2014-2016); Membro observador do Conselho de Gestão da Universidade de Coimbra (2014-2016); e Membro dos 5.º, 6.º e 7.º Concursos de Acesso aos Tribunais da Relação, tendo avaliado cerca de 210 juízes em progressão para a 2.ª Instância.

Publicações:

i) Jorge Alves Correia, *Contrato e Poder Administrativo*, GestLegal, Coimbra, 2017, 954 págs. – Tese de Doutoramento.

- ii) Jorge Alves Correia, *Contratos Urbanísticos – Concertação, Contratação e Neocontratualismo no Direito do Urbanismo*, Dissertação de Mestrado, Almedina, 2009 (286págs.), objeto de recensão pelo Professor Catedrático da Universidade de Madrid, Martin Bassols Coma, na *Revista de Derecho Urbanístico y Medio Ambiente* n.º 275, Año XLVI, Julio-Agosto 2012, pp. 216-217 (pp. 212-220).
- iii) Jorge Alves Correia/Licínio Lopes Martins, *Justiça Administrativa*, Gestlegal, Coimbra, 2019.
- iv) Jorge Alves Correia, “Internalização, Empresarialização e Societarização dos Serviços Municipais em Portugal”, *Internalização dos Serviços Públicos Municipais em Portugal e Espanha*, Coord. Pedro Costa Gonçalves/Suzana Tavares da Silva/Licínio Lopes Martins, CEDIPRE, Coimbra, 2019, pp. 217-231.
- v) Jorge Alves Correia, “Entre o reino do ato e o império do contrato: o «enigma» do contrato sobre poderes públicos no direito português”, *Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Coord. Carla Amado Gomes/Ricardo Pedro/Tiago Serrão e Marco Caldeira AAFDL, Lisboa, 2017, pp. 691-725.
- vi) Jorge Alves Correia, “O Ato Administrativo Contratual como modo de atuar do Dono de Obra Pública”, *Revista de Contratos Públicos* n.º 20, abril, CEDIPRE, Almedina, Coimbra, 2019, pp. 103-122.
- vii) Jorge Alves Correia, “A proporcionalidade na atribuição de encargos decorrentes de operações urbanísticas e os limites ao poder discricionário”, *Revista do Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente*, n.º 41, 2018, Gestlegal, Coimbra, pp. 49-66.
- viii) Jorge Alves Correia, “O problema da substituição do ato pelo contrato administrativo”, *Direito Público e Direitos Públicos: Pontes, Diálogos e Encruzilhadas*, Atas do XI Encontro de Professores de Direito Público, 26 e 27 de janeiro de 2018, Coord. Ana Gouveia Martins, Anabela Leão, Benedita Mac Crorie e Patrícia Frago Martins, Universidade do Porto, pp. 155-176.
- ix) Jorge Alves Correia, “Em Defesa da Autonomia da Jurisdição Administrativa e Fiscal”, *Depoimentos e Textos em Defesa da Autonomia da Jurisdição*

Administrativa e Fiscal, Coord. Pedro Costa Gonçalves/Licínio Martins, Cedipre, Coimbra, 2018.

x) Jorge Alves Correia, “Contrato e Licenciamento de Operações Urbanísticas no RJUE”, *Coleção Formação Contínua, Direito do Urbanismo, 2014-2017*, Centro de Estudos Judiciários, Jurisdição Administrativa e Fiscal, Lisboa, 2018, pp. 91-112.

xi) Jorge Alves Correia, “Contrato e Poder Público Administrativo. Em especial, os «Novos» Contratos com Objeto Passível de Regulamento Administrativo”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor J. J. Gomes Canotilho*, IV, 2012, Coimbra, pp. 195-224.

xii) Jorge Alves Correia, “Contrato Administrativo e Soberania do Estado: referência ao problema do outsourcing de funções de soberania nos domínios da segurança pública, da defesa nacional e do sistema prisional”, *Revista de Contratos Públicos (CEDIPRE)*, n.º 10, 2015, Coimbra, pp. 101-130;

xiii) Jorge Alves Correia, “A contratação urbanística em Portugal à luz do Código dos Contratos Públicos e do Direito da União Europeia”, *Direito Regional e Local*, n.º 19, pp. 27-41;

xiv) Jorge Alves Correia, “Concertação, Contratação e Instrumentos Financeiros na Reabilitação Urbana”, *Revista Temas CEDOUA, O Novo Regime da Reabilitação Urbana*, 2010;

xv) Jorge Alves Correia, “O problema da atribuição a privados de funções de autoridade no âmbito da execução prisional, da segurança e da defesa nacional”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Costa Andrade*, FDUC, Almedina, Coimbra, 2017;

xvi) JORGE ALVES CORREIA, “Los retos actuales del derecho administrativo en el estado autonómico”, *Estudios en Homenaje al Profesor José Luis Carro Fernández-Valmayor*, Vol. I, coord. Luis Míguez Macho/Marcos Almeida Cerredá, Editorial Fundación Democracia y Gobierno Local, Santiago Compostela, 2017, pp. 757-779.

- xvii) JORGE ALVES CORREIA/LICÍNIO LOPES MARTINS, *Legislação de Procedimento e Processo Administrativo*, Gestlegal, Coimbra, 2018.
- xviii) JORGE ALVES CORREIA/LICÍNIO LOPES MARTINS, *Código dos Contratos Públicos*, Gestlegal, 2018.
- xix) JORGE ALVES CORREIA/ANDREAS ISENBERG, *Código do Procedimento Administrativo Alemão - Guias de Leitura e Anotações*, 2.^a edição, AAFDL, 2018.
- xx) JORGE ALVES CORREIA/ANDREAS ISENBERG, *Lei Alemã do Procedimento Administrativo - Guias de Leitura e Anotações*, 1.^a edição, Almedina, 2016.
- xxi) JORGE ALVES CORREIA/CONCEIÇÃO VICENTE, “Regulamentos e ponderação de custos e benefícios (art. 99.º do CPA): âmbito e metodologia”, *Cadernos de justiça administrativa*, Braga, n.º 117 (maio-jun. 2016), pp. 3-21.